

POSSÍVEIS FATORES QUE CONVERGIRAM PARA O SURGIMENTO DA REFORMA PROTESTANTE

Vinicius de Souza Ribeiro¹

RESUMO

O presente artigo tem por escopo analisar como os movimentos que antecederam as atividades de Lutero convergiram para o surgimento da Reforma Protestante e prepararam terreno para o estabelecimento do movimento de reforma na Europa do século XVI, tais como: os fatores teológicos, religiosos, políticos e econômicos.

Palavras-chave: Decadência Escolástica, Movimentos Populares, Reforma Protestante, *Sola Fide* e *Justificatio Sola Fide*.

ABSTRACT

The present article has the purpose to examine how the movements which preceded Lutero's actions, converged for the appearance of the Protestant Reform, preparing the land for the settlement of the reform, so: the religious, theologics, politics and economics factors.

Key-words: Scholastic Decadence, Popular Moviments, Protestant Reform, *Sola Fide* e *Justificatio Sola Fide*.

1 INTRODUÇÃO

O advento da filosofia, conhecido como “o milagre grego”, não foi exatamente um milagre, nota-se que fatores culturais, políticos e até mesmo a própria mitologia, fomentou para que abordagens cada vez mais rigorosas fossem se formando. O que conhecemos por reforma protestante também não foi fruto de um “milagre”, mas uma convergência de fatores teológicos, religiosos, políticos, econômicos e culturais que propiciaram o surgimento e a adesão do movimento de reforma, principalmente em território alemão.

Os teóricos Cairns (2008) e McGrath (2005) concordam que o movimento de Reforma foi uma tentativa da igreja ocidental de retornar aos padrões do Novo Testamento, reavaliando as questões morais, o sistema de crença e a estrutura da igreja, contudo, vale ressaltar a afirmação de Dreher (1996, p.8) “de que essa redescoberta não foi alcançada em sentido pleno e que a *ecclesia reformata* segue sendo *ecclesia reformanda*”.

¹ Graduando em Teologia pela Faculdade FAIFA e licenciando em História pelo IFG. E-mail: vinyzz@hotmail.com.

Para que não caiamos em anacronismo, devemos esclarecer, também, o significado do termo “protestante” situando-o no tempo. Por conta da segunda Dieta de Speyer, em fevereiro de 1529 “declarou-se que a fé católica romana era por lei a única fé” (CAIRNS, 2008, p.266). Com essa decisão, seis príncipes que apoiavam Lutero, juntamente com catorze cidades alemãs leram um protesto que questionava a resolução que fora tomada. Doravante, por causa de seu “protesto” receberam o designativo de Protestantes. Sendo assim, de acordo com McGrath (2007, p.178) “não é estritamente correto aplicar a alcunha “protestante” a indivíduos antes de abril de 1529”.

2 A DECADÊNCIA DA TEOLOGIA ESCOLÁSTICA

A priori analisaremos os fatores teológicos que convergiram para o estabelecimento da reforma, sendo o primeiro deles, uma análise da decadência e formalismo que atingiu o pensamento escolástico no final da Idade Média, período que também é conhecido como Baixa Idade Média.

Segundo aponta Martina (2008, p.99),

A escolástica dos séculos XV e XVI estava bem distante da altura a que chegaram Tomás e Boaventura: Muitos escolásticos tinham caído num formalismo vazio, as discussões tinham se tornado uma ocasião para alardear a sutileza do próprio talento ao se demonstrarem as teses mais sutis e obscuras, distanciadas da realidade.

O termo escolasticismo deriva “da palavra grega *schole*, que significa lugar onde se aprende” (CAIRNS, 2008, 207), MacGrath (2005, p.70) aponta que esse designativo “foi inventado por escritores humanistas que ansiavam por desacreditar o movimento por ele representado” e o define como sendo um “movimento medieval, surgido entre 1250-1500, que enfatizou a justificação racional da crença religiosa bem como a apresentação dessas crenças de forma sistemática”.

Embora seja de grande importância, nosso objetivo não é fazer uma análise acurada do escolasticismo, todavia, procuraremos delinear algumas características desse movimento que apresentam maior relevância. Apesar de a filosofia aristotélica ser uma das marcas do escolasticismo, Matos (2008, p.108) afirma que:

O escolasticismo foi um movimento diversificado em vários aspectos. Alguns pensadores adotaram perspectivas platônicas e agostinianas, abraçando uma visão negativa do mundo físico e da percepção sensorial; outros, como Tomás de Aquino, tiveram uma atitude oposta, por influência da recém-descoberta filosofia de Aristóteles.

Segundo demonstra Gonzalez (1993, p.132) “Anselmo foi um dos fundadores da ‘escolástica’. [...] Suas raízes estão em Anselmo. [...] Seu ponto culminante veio no século XIII”. Destacam-se também, Duns Scotus, Guilherme de Occam, Pedro Abelardo, Pedro Lombardo, João Fidanza, também conhecido como Boaventura, e São Tomás de Aquino, este, segundo Mondin (1979, p.13) “é universalmente considerado como o maior teólogo da época escolástica”.

No entanto, apesar de brilhantes, as formulações dos teólogos escolásticos estavam distantes da realidade popular, haja vista que somente os oficiais da igreja e os nobres tinham acesso à educação. Além disso, conforme demonstra Martina (2008, p.99) “muitos escolásticos tinham caído num formalismo vazio”, e como nos mostra, vindo a sofrer críticas de eruditos da época, tais como Bartolomeu Arnoldi, que chegou a afirmar “que o vinho da teologia tinha perdido seu sabor ao se misturar com a água da filosofia” (MARTINA, 2008, p.100).

Debates cada vez mais distantes da realidade do povo eram desenvolvidos, por exemplo: “Deus poderia ter se tornado um pepino, em vez de homem? Ou poderia Deus desfazer o passado, por exemplo, fazendo com que uma prostituta se tornasse virgem?” (MACGRATH, 2005, p.70), esses exemplos nos trazem uma prova do quanto às discussões do final do período escolástico se tornaram inúteis, triviais e desprovidas de relevância para a sociedade da época.

Observa-se que os escolásticos estavam dispostos a levar suas interpretações ao maior grau de criatividade possível, no entanto, não estamos aqui, ridicularizando a tradição escolástica, como já dissemos, o escolasticismo gerou grandes teólogos e filósofos. Nosso objetivo é demonstrar até que ponto chegou suas formulações, para que possamos, a partir de então, apresentar-vos como se deu a reação do movimento de reforma.

Como já pudemos averiguar, o mais proeminente teólogo escolástico é Tomas de Aquino, Matos (2008, p.118) caracteriza-o como um pensador enciclopédico que tratou de

temas diversos. Ao lançar mão da filosofia de Aristóteles, Aquino procurou estabelecer uma ligação entre as teorias aristotélicas e as verdades cristãs, para Aquino o conhecimento natural não era um contraponto à revelação, no entanto, Matos (2008, p.118) aponta que Aquino não concordava com a ideia que Aristóteles tinha sobre a eternidade do universo. Além disso, Aquino traçou uma divisão da realidade, que segundo ele compõe-se em dois níveis independentes, a princípio temos a dimensão que diz respeito ao mundo sobrenatural, que é composto pela revelação especial, a fé e a salvação (reino superior). E o outro ponto, trata-se das coisas naturais em que a razão possui o seu grau de ação e capacidade (reino inferior). Para Matos (2008, p.119) além de esse ser o “fundamento da teologia natural tomista [...] Tratava-se de uma inovação polêmica, pois os escolásticos anteriores e os pais da Igreja nunca haviam feito tal diferenciação”.

No entanto, ao verificarmos a ênfase que Aquino deu à autonomia da razão humana, talvez possamos pressupor que o seu pensamento soteriológico concebesse que o homem possuía em si plena capacidade para salvar-se, todavia, Matos (2008, p.121) explica que:

A soteriologia de Aquino se insere no contexto mais amplo da providência de Deus e da predestinação, doutrinas nas quais ele seguiu de perto Agostinho. [...] Para Aquino, como para Agostinho, o livre-arbítrio equivale a fazer o que se deseja (livre agência) [...] A salvação é uma dádiva exclusiva de Deus e não pode ser conquistada pelo mérito humano. Até mesmo a fé é uma dádiva divina. Portanto, como o bispo de Hipona, Aquino adotou uma postura monergista. Todavia, no final da Idade Média a maioria dos católicos romanos adotou o sinergismo, contra o qual o reformador Marinho Lutero se insurgiria.

A ênfase na participação humana na obtenção da salvação e da graça divina, através do livre-arbítrio, pode-se encontrar nas ideias propostas pelos nominalistas. Esse movimento também é conhecido pelo termo via moderna e/ou “caminho moderno”, as concepções nominalistas foram bastante difundidas entre os séculos XIV e XV por diversas universidades europeias, principalmente em Paris Heidelberg e Erfurt. McGrath (2005, p.72) indica que importantes nomes da teologia escolástica fizeram parte desse grupo, tais como Guilherme de Occam e Gabriel Biel.

Conforme nos mostra McGrath (2007, p.169) “alguns teólogos ‘nominalistas’ pareciam bastante otimistas quanto às capacidades humanas, sugerindo que era possível ao ser humano tomar todos os passos necessários para ingressar num relacionamento com Deus”. Embora tivessem alguns nominalistas que divergissem das concepções que enalteciam a autonomia humana, McGrath (2005, p.71) destaca que as ideias voltadas para o sinergismo foram predominantes no escolasticismo tardio, que vai de 1350 a 1500.

Por causa da ênfase que os teólogos da via moderna davam às obras humanas, McGrath afirma que (2007, p.171) sofreram dura oposição de Bradwardine, em sua obra “O pleito de Deus contra Pelágio” e posteriormente por Martim Lutero. A doutrina da salvação, de acordo com os proponentes da via moderna, segundo afirma McGrath (2007, p.169) é baseada na ideia de aliança entre o rei e seu povo:

Assim como uma aliança política entre um rei e o seu povo definia as obrigações do rei para com o povo, e vice-versa, também uma aliança religiosa entre Deus e seu povo definia as obrigações de Deus para com seu povo, e vice-versa.

Sendo assim, de acordo com os nominalistas, o indivíduo possuía plena capacidade de cumprir com as exigências estabelecidas pelo próprio Deus, só assim poder-se-ia chegar à justificação, ou seja, era tarefa do penitente *face quod in se est*, literalmente, fazer o que está dentro de si ou fazer o seu melhor. Nota-se que há um otimismo em relação à capacidade humana de “ir até Deus”, apesar de a aliança ser feita pelo próprio Deus, é o indivíduo quem paga as penas.

Como podemos observar que no período da baixa idade média, a teologia cristã estava impregnada de uma concepção sinergista, e um dos pontos que mais gerou controvérsias foi a questão das indulgências. Neste ponto, não analisaremos a crítica de Lutero ao sistema de indulgências, mas como se deu o surgimento desta teologia e a forma que ela era difundida na baixa idade média.

De acordo com Walker (2006, p.406) o sistema de indulgências foi usado pela primeira vez pelo papa Urbano II em 1095, esta data remonta a Primeira Cruzada sendo que Urbano II prometera indulgência completa a todos aqueles que participassem desta cruzada. Doravante, segundo Walker (2006, p.406) “uma vez iniciado, o sistema disseminou-se com grande rapidez”, sendo que além do papa, os bispos também concediam indulgências.

As penas requeridas variavam, iam desde “peregrinações aos lugares santos ou em épocas especiais, e contribuições a uma boa obra, tal como a construção de uma igreja ou mesmo uma ponte ou estrada”, com isso a cúria romana viu que esta se tratava de uma boa possibilidade para arrecadar recursos para o patrimônio da igreja, e foi justamente a concessão de indulgências um dos meios pelos quais a igreja acumulava bens e no tempo de Lutero, um instrumento que levantou recursos para a construção da basílica de São Pedro.

Neste ponto, procuraremos analisar qual era a “ideia clássica” sobre as indulgências e de que forma esse entendimento estava sendo explorado na baixa idade média, principalmente em território alemão. De acordo com Walker (2006, p.406), a interpretação clássica da idéia em torno das indulgências é originalmente fornecida por Tomas de Aquino seguindo de perto, as concepções de Alexandre de Hales.

Pode-se averiguar a compreensão clássica das indulgências na seguinte exposição:

Os méritos superabundantes de Cristo e dos santos constituem um tesouro de boas obras, parte do qual pode ser transferida para o pecador necessitado mediante a autoridade da igreja na pessoa do papa (que pode, se desejar, partilhar sua autoridade com os bispos). Uma indulgência, na verdade, somente pode estar disponível àqueles que estejam verdadeiramente contritos, e para tais ela remove, no todo ou em parte, as penas temporais na terra e no purgatório. (WALKER, 2006, p.)

A partir disso, Walker (2006, p.407) aponta que as indulgências não eram uma autorização para cometer pecados, mas funcionavam como uma espécie de “remissão das penas corretamente devidas por causa de pecados já cometidos, arrependidos e perdoados”. No entanto, os leigos não eram ensinados sobre a diferença entre penas temporais e perdão de pecados, aproveitando da ignorância que atingira a cristandade, Walker (2006, p.407) afirma que “os prelados da igreja usavam o sistema de indulgências rotineiramente como uma solução parcial de seus prementes problemas fiscais”.

Embora percebamos que a compreensão tradicional das indulgências não se trata de algo tão grosseiro, o que desencadeou os abusos foi o fato de que cada “pregador de indulgência” tinha liberdade de usar seus próprios métodos, e o indivíduo comissionado para fazer as arrecadações em Wittenberg fora justamente João Tetzel (1470 – 1519),

que é caracterizado por Walker (2006, p.497) como “um eloquente monge dominicano, que, desejando os maiores resultados possíveis, descrevia os benefícios das indulgências nos termos mais grosseiros”. Gonzalez (1995, p.53) nos apresenta a forma persuasiva como Tetzel fazia para vender indulgências:

Tetzel e seus subalternos proclamavam que a indulgência que vendiam deixava o pecador “mais limpo do que saíra do batismo”, ou “mais limpo do que Adão antes de cair”, que “a cruz do vendedor de indulgências tinha tanto poder como a cruz de Cristo.

Tendo em vista o abuso do grupo de Tetzel na venda de indulgências, Lutero formula suas “Noventa e Cinco Teses” e em 31 de outubro de 1517 e envia cópias para o arcebispo Alberto de Mainz e para o bispo Jerônimo de Brandenburgo em cuja jurisdição estava Wittenberg. Além disso, Walker afirma que (2006, p.497), é “bastante provável que Lutero tenha afixado suas “Noventa e Cinco Teses” na porta da igreja do castelo de Wittenberg, que era utilizada como um mural para divulgar os boletins da faculdade. De acordo com Gonzalez (1995, p.54), a data de 31 de outubro de 1517 é caracterizada como sendo o início da reforma protestante. Todavia, é necessário que se ressalte que essa data, juntamente com as “Noventa e Cinco Teses” de Lutero, como já vimos, marcou o início das atividades do reformador.

3 CRISE MORAL DO CLERO

Os fatores de ordem moral, segundo afirma Martina (2006, p.105) não foi o principal motivo que fez com que se desencadeasse a “revolução” protestante, além disso, aponta que a decadência moral na Alemanha era pelo menos igual ou mais grave que na Itália. Observa-se também, que o alto clero, oriundo da nobreza vivia uma vida luxuosa e mundana, raramente celebravam a missa (Hermann von Wied, bispo de Colônia, teria celebrado a missa por três vezes, durante toda sua vida), além de acumularem para si vários benefícios.

No entanto, Cairns (2008, p.219) sustenta que o declínio da cristandade não se limitou a uma localidade, e aponta que:

Entre 1309 e 1439, a Igreja Romana desceu a um ponto muito baixo no conceito dos leigos. A organização hierárquica, com suas exigências de celibato, obediência absoluta ao papa, e a feudalização da Igreja Romana provocaram um declínio na moral e na moralidade dos clérigos.

Outras questões que também podemos elencar que se enquadram no âmbito moral, vindo a se configurar até mesmo em abuso, diz respeito aos impostos cobrados pela cúria romana e os subornos que aconteciam.

De acordo com a lei canônica era proibido o casamento entre parentes, entretanto, “era possível alguém conseguir, mediante dinheiro, uma dispensa para se casar com parente” (CAIRNS, 2008, p.254), além disso, por mais que as regras da igreja exigissem do sacerdote o celibato, “muitos [...] mantinham concubinas” (CAIRNS, 2008, p.254). Além do mais, muitos párocos deixaram a pregação e a visitação de lado restringindo-se a simplesmente rezar a missa.

Os impostos, cobrados com o fim de sustentar duas cortes papais, devido Clemente V ter mudado a sede do papado para Avignon em 1309, eram cobrados da seguinte forma: “dos dízimos, pagos pelos fiéis, das anatas, que era o pagamento do primeiro salário do ano pago ao papa pelos fiéis” (CAIRNS, 2008, p.221), além disso, o papado tinha o direito de espólio, em que a “propriedade pessoal do alto clero era passada ao papa depois de sua morte” (CAIRNS, 2008, p.221), esse fato causou grande inquietação principalmente entre os ingleses, que tinham que enviar dinheiro para os seus rivais franceses, devido à residência do papa estar em local dominado pelo rei francês.

4 PRÉ-REFORMADORES E OS MOVIMENTOS POPULARES

O grupo conhecido denominado de “pré-reformadores”, também desenvolveu uma atividade bastante intensa de contestação à religião dominante, no entanto relacionado a Wycliff, Hus e Wessel, Martina (2008, p.101) faz o seguinte comentário:

Não exerceram nenhuma influência direta sobre Lutero: não se pode, porém, subestimar o fato de que quase todas as teses defendidas mais tarde por Lutero, ao menos em eclesiologia, já tinham sido expostas, nos séculos XIV e XV.

As teorias de Wycliff podem ser sintetizadas nos seguintes pontos: as Escrituras como única regra de fé; que somente os predestinados são membros da Igreja, sendo esta um órgão invisível. Também negou as doutrinas do livre-arbítrio, da transubstanciação e do primado romano.

Wycliff exerceu grande influência sobre os lolardos, também conhecidos como “pregadores pobres”. Segundo aponta Gonzalez (1995, p.89) “os principais lolardos eram pessoas que tinham estudado em Oxford, com Wycliff” e que foram os propagadores das ideias de Wycliff.

No entanto, enquanto Wycliff labutava na Inglaterra, João Huss enfrentava as autoridades eclesiásticas da Boêmia, que na época estava ligada ao Império Alemão. Embora fosse um indivíduo de temperamento mais gentil que Wycliff, as ideias de Huss procuraram combater o papado indigno e a simonia que havia no clero. Contudo, conforme aponta Gonzalez (1995, p.96) “ao mesmo tempo em que pregava contra os abusos que havia na igreja Huss continuava sustentando as doutrinas geralmente aceitas”, além disso, vale destacar também o fato de que, apesar de as teorias de Huss se assemelharem as de Wycliff, aquele não era discípulo deste.

Somam-se a esses dois, o holandês João Wessel que “rejeitava o valor da tradição apostólica, as indulgências e a autoridade do papa” (MARTINA, 2008, p.102) e o florentino Gerônimo Savonarola que de acordo com Cairns (2008, p.228) “procurou reformar o Estado e a Igreja [...] mas sua pregação contra a vida desregrada do papa provocou sua morte por enforcamento”.

Percebe-se também, o surgimento de movimentos de contestação ligados ao público indouto, conforme nos mostra Gonzalez (1995, p.110) “eram quase totalmente pessoas [...] que não sabiam escrever [...], muitos destes movimentos eram de caráter apocalíptico”. No entanto, verifica-se que desde 1215 podemos encontrar alguns vestígios de movimentos desta envergadura, porém, Gonzalez (1995, p.111) afirma que “agora, nos séculos XIV e XV, a tendência que se manifestara em 1215 chegou ao seu ponto culminante”.

Dentre os movimentos populares, temos os flagelantes, que tiveram crescimento significativo no século XIV. Basicamente, suas práticas abrangiam penitência por seus pecados, e isso implicava no fato deles se castigarem, chicoteando seus próprios corpos.

No entanto, com o passar do tempo à cúria romana passou a condenar as práticas dos flagelantes. Gonzalez (1995, p.117) nos apresenta os motivos que fizeram com que o clero romano reprovasse este movimento:

Os flagelantes ofereciam um caminho de salvação dissociado dos sacramentos da igreja. Se sua flagelação constituía uma penitência, como eles diziam, isto implicava em que era possível uma penitência válida à parte da confissão ao sacerdote. Além disto, alguns começaram a se referir à flagelação como um “segundo batismo”.

Os taboritas, outra vertente dos movimentos populares, além de possuírem características milenaristas, eram um movimento de contestação social. Tal grupo era majoritariamente composto por indivíduos de classes mais pobres, que hostilizavam os ricos e poderosos (estes eram os “pecadores” que eles condenavam).

É pouco provável que os movimentos populares tivessem exercido alguma influência para o surgimento do movimento de reforma, mas como aponta Gonzalez (1995, p.120) “os últimos anos da Idade Média foram caracterizados por um grande descontentamento popular, que combinava causas sociais com motivos religiosos”. Provavelmente, a indignação dos populares diante de um cenário opressor que se apropriava de um discurso religioso para legitimar suas injustiças, contribuiu para que a reforma fosse vista com bons olhos pelas camadas marginalizadas.

5 A SUBJETIVIDADE MÍSTICA

O florescimento das tendências místicas no período do século XV é caracterizado por dois pontos, em primeiro lugar nota-se o surgimento de uma devoção subjetiva e em segundo lugar (MARTINA, 2008, p.102) caracteriza-se como uma espécie de “reação à aridez, da escolástica daquele tempo”. Observa-se que essa expressão religiosa atendia os anseios de uma piedade popular que procurava estabelecer uma devoção de caráter contemplativo e de serviço para com o mundo e que fosse livre do formalismo escolástico.

Os principais nomes do misticismo listados por Martina (2008), Gonzalez (1995), Dreher (1994) e Walker (2006) são: João Eckarht, João Tauler, Henrique Suso e João Ruysbroeck. Contudo, destacaremos as figuras de Eckarht que concebia uma

religiosidade subjetiva, que podemos detectar na seguinte citação (DHEHER, 1994, p.129) “o piedoso não necessita da intermediação da instituição igreja para chegar-se e unir-se a Jesus [...] Na mística encontra-se a resposta a todas as perguntas”. E Tauler, que para Martina (2008, p.103) foi o que exerceu maior influência sobre Lutero, principalmente sobre a concepção que o monge tinha em relação a “imensa confiança na misericórdia divina [...] e o desprezo pelas próprias ações”.

6 BIBLICISTAS

Pode destacar também, o “movimento” denominado por Martina (2008, p.104) Evangelismo e/ou biblicismo (TILLICH, 2007, p.147). Para Tillich (2007, p.147) trata-se de uma “atitude além do escolasticismo e do misticismo”, podemos defini-lo como sendo uma tentativa de utilizar a Bíblia para embasar o cristianismo prático, principalmente entre os leigos. Martina (2008, p.104) destaca que esse movimento encontrou vários adeptos “entre as classes cultas e em especial nos círculos humanistas”, dentre os principais nomes, destaca-se o holandês Erasmo de Rotterdam, que propôs um cristianismo livre de protocolos e dogmatismos, “centrado na imitação de Cristo e no deslocamento das coisas sensíveis, visíveis, para realidades inteligíveis e invisíveis” (WALKER, 2006, p.482).

Os estudiosos deste movimento, também conhecido como humanismo, se destacam pela releitura que fizeram da cultura clássica, e da literatura patrística, dentre eles, Lourenço de Valla (1406-1457), que era gramático e filólogo, desferiu um duro golpe contra a tradição religiosa da época, ao constatar que:

A doação de Constantino como uma falsificação do oitavo século, para demonstrar que os escritos atribuídos a Dionísio Areopagita eram espúrios, e para negar que o Credo Apostólico havia sido realmente composto pelos apóstolos. Ele também lançou os fundamentos dos estudos textuais do Novo Testamento (WALKER, 2006, p.462).

Todavia, é com Erasmo que temos um maior impacto, principalmente em Lutero. Erasmo, quando jovem, estudou com os Irmãos da Vida Comum, e segundo Gonzalez (1995, p.153) seu anseio por uma religiosidade mais simples é uma influência direta desse grupo. Erasmo também possuía grande domínio da língua grega, que se

desenvolveu a partir de 1500, quando ele se lançou a um estudo intenso da Bíblia e dos pais da igreja, vindo a produzir uma edição grega do Novo Testamento, que inclusive fora utilizada por Lutero.

Para Erasmo as crenças da cristandade de seu tempo estavam imiscuídas de superstições, o clero estava eivado de corrupção e as formulações teológicas foram arruinadas por diálogos infrutíferos. Segundo Walker (2006, p.482) Erasmo “colocou o conhecimento acadêmico sobre o cristianismo primitivo em um novo plano e assim auxiliou profundamente a Reforma”, chegando a concordar com o pensamento de Lutero em vários pontos, principalmente no que diz respeito a “sua preferência educacional pela Bíblia e pelos pais da igreja em detrimento dos doutores escolásticos e em cultivo das línguas bíblicas e clássicas” (Walker, 2006, p.483). Ainda que Erasmo fosse seduzido pelos partidários da Reforma e pelos católicos, não apoiou nenhuma das partes e conforme aponta Gonzalez (1995, p.155) “do seu escritório ele continuou pedindo moderação, uma reforma de estilo humanista, e a volta às virtudes dos estoicos e platônicos de antigamente”.

7 AS POSSÍVEIS CAUSAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS

Nota-se que grande parte dos acontecimentos que convergiram para o surgimento da reforma, trata-se de elementos ligados a questões religiosas e teológicas, contudo, não devemos negar alguns fatores de âmbito “secular”. Embora não seja os motivos imediatos da reforma, veremos que, principalmente em território alemão, tais fatores desempenharam um papel crucial no estabelecimento, na adesão e na consolidação do movimento de reforma.

Em relação ao fator político, vê-se que o surgimento das nações-estados se configurou numa forte oposição ao poder eclesiástico desenvolvido pela Igreja de Roma. As classes de maior projeção na sociedade da época eram as mais insatisfeitas. Segundo indica Cairns (2008, p.242) de um lado as “poderosas classes médias se mostraram insatisfeitas com o envio de dinheiro do tesouro estatal ou de seus próprios bolsos para o tesouro papal”, e por outro lado, temos o descontentamento dos monarcas que não viam

com bons olhos a divisão de sua soberania, que segundo Cairns (2008, p.242) “levava seus súditos a prestar obediência tanto ao papa quanto a eles”.

Contudo, deve-se destacar que os locais onde foram estabelecidas as nações-estados, tais como, Inglaterra, França e Espanha não houve uma extinção da igreja, e sim certa resistência ao domínio papal que culminou no surgimento de igrejas territoriais, o que fez com que surgisse tensão entre o poder monárquico e papal.

No entanto, por mais “contraditório” que pareça, a Alemanha, o local onde surgiram os primeiros ecos da reforma protestante, possuía um cenário político fragmentado, segundo Dreher (1996, p.9) “ali existia uma infinidade de centros regionais de poder, todos subordinados ao poder imperial”. Todavia, o que gerou no povo alemão um marcante sentimento anti-romano, foi justamente a dominação que a cúria romana exercia sobre a Alemanha, Walker (2006, p.475) afirma que:

O poder temporal da igreja romana continuava mais formidável na Alemanha do que em qualquer outro lugar da Europa, uma vez que mais de um quinto do país estava sob o controle dos poderosos príncipes-bispos, e as ordens monásticas também eram grandes latifundiárias.

Os alemães viram que a grande quantidade de terras que a cúria romana possuía em seu território se convertia em prejuízo para a economia alemã, Cairns (2008, p.254) indica que “a tentativa papal de tirar mais dinheiro da Alemanha no século XVI aborreceu profundamente a classe média emergente em estados como a Saxônia”, a ponto de Lutero afirmar que “Os alemães estavam cansados de suportar os roubos [...] dos vagabundos romanos” (MARTINA, 2008, p.110).

8 O ADVENTO DO MOVIMENTO DE REFORMA

Os fatores avaliados neste trabalho servem para nos proporcionar uma visão dos acontecimentos que concorreram para o surgimento da reforma, ou seja, para que percebamos que a reforma não se tratava somente de questões teológicas, religiosas, ou até mesmo para que não pensemos que o movimento surgiu de forma milagrosa e que

Lutero portava uma nova revelação desprovida de qualquer conexão com a teologia, religiosidade e cultura de sua época. Tillich (2007, p.227) afirma que Lutero:

Não apenas ensinou doutrinas diferentes; outros já o haviam feito, como Wycliff. Mas nenhum dos que protestaram contra o sistema romano havia conseguido romper com ele. O único homem que conseguiu realmente essa ruptura, e com ela transformou a face da terra, foi Lutero.

Contudo, segundo nos indica Dreher (1996) e Gonzalez (1995) o pensamento do frei Martim Lutero passou por um processo de “amadurecimento”, o período deste “avanço” inicia-se em agosto de 1513 até 1519, em que Lutero interpreta e leciona sobre os Salmos, Romanos, Gálatas e Hebreus. No entanto, nesse intervalo, destacam-se dois acontecimentos que marcaram o início das atividades de Lutero: “as 95 teses de 1517 e a experiência da descoberta da justificação por graça e fé” (DREHER, 1996, p.26). Para Gonzalez (1996, p.54) “Lutero deu a conhecer suas teses na véspera da festa de Todos os Santos, e seu impacto foi tal que frequentemente se marca esta data, 31 de outubro de 1517, como o começo da reforma protestante”.

A partir de então, as atividades de Lutero se intensificaram, em 1520 elabora três obras que tiveram grande circulação em território alemão, são elas: A liberdade do Cristão; O cativo babilônico da Igreja; e Apelo à nobreza cristã da nação alemã.

Apesar de não ser considerado um teólogo sistemático, tal como João Calvino, nessas publicações a teologia de Lutero vai tomando forma, e embora tenha produzido uma vasta quantidade de escritos, vemos nos seguintes pontos as principais abordagens da teologia do reformador: o primeiro deles é o *sola Scriptura*, para a Lutero (e os demais reformadores) a Escritura possui “todas as verdades reveladas por Deus, como se interpreta a si mesma [...] é em si suficiente para, sozinha, dar à Igreja a certeza sobre todas as verdades reveladas” (MARTINA, 2008, p.126); e em segundo lugar, *justificatio sola fide*, para Lutero:

A justiça de Deus passou a ser a justiça com a qual Deus se compadece do ser humano pecador e o presenteia com sua justiça. Os pecadores apropriam-se pela fé. Não por intermédio de boas obras, tais como indulgências e satisfação, pois Deus não se compadece de justos, mas de injustos, de pecadores que crêem. (DREHER, 1996, p. 42)

Vemos que a ideia de justificação é um dos pontos centrais na teologia de Martim Lutero, contudo, McGrath (2005, p. 520/521) ressalta que o conceito de fé, para Lutero abrange três considerações, são elas:

Uma fé que se contenta em sustentar a credibilidade histórica dos evangelhos não é uma fé que justifica; [...] a fé não significa crer que algo é verdade, é estar preparado para agir de acordo com essa crença depositando nela sua confiança; em terceiro lugar, a fé une o cristão a Cristo. [...] torna Cristo e seus favores acessíveis ao cristão.

Nessas considerações, observa-se que na concepção de Lutero, a fé não é uma atitude humana, mas trata-se de uma dádiva de Deus e que a doutrina da justificação implica no fato de que Deus faz tudo o que é necessário para a salvação, satisfazendo os pré-requisitos para a justificação.

No entanto, o movimento de reforma não se concentrou somente em território alemão, além da Reforma Luterana, que teve como palco a Alemanha do século XVI, temos o surgimento de pelos menos, mais dois movimentos, a Reforma Calvinista que se desenvolveu em Zurique, Berna, Basileia e Genebra, cujos responsáveis são: João Calvino, Ulrico Zuínglio e seu sucessor Heinrich Bullinger. E uma terceira ala, conhecida como A Reforma Radical (anabatista) ligada a Conrad Grebel. Sendo assim, exceto na região da península ibérica, que se manteve fiel a Roma, o movimento de reforma se propagou por todas as demais localidades do continente Europeu e mediante intensas lutas, conseguiu se consolidar no cenário da religião cristã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se que o declínio da religião cristã no período da baixa idade média caminhou para um processo de tentativas de reforma na igreja, no entanto, observa-se que os denominados pré-reformadores não conseguiram executar a tão sonhada reforma e que nem mesmo os reformadores do século XVI efetuaram tal reforma de maneira plena, embora devamos reconhecer as mudanças que aconteceram o que ficou mais acentuado foi a cisão definitiva que fora consolidada no Concílio de Trento.

Entretanto, a análise dos fatores aqui elencados, nos possibilitou observar o complexo processo que desencadeou o movimento conhecido em nossos dias por Reforma Protestante e que as atividades de Martim Lutero foram “o ponta pé inicial” para o desenvolvimento deste movimento multifacetado que exerceu profundas mudanças na sociedade ocidental, que podem ser sentidas nos dias hodiernos.

REFERÊNCIAS

CAIRNS, Earle Edwin. *O Cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.

DREHER, Martin N. *A Igreja no Mundo Medieval*. 6. ed. vol. 2. São Leopoldo: Sinodal, 1994.

_____. *A crise e a renovação da igreja no período da Reforma*. 4. ed. vol.3. São Leopoldo: Sinodal, 1996.

GONZALEZ, Justo L. *A era dos altos ideais*. 2. ed. vol.4. São Paulo: Vida Nova, 1993.

_____. *A era dos reformadores*. vol.6. São Paulo: Vida Nova, 1995.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MATOS, Alderi Souza de. *Fundamentos da teologia histórica*. São Paulo: Mundo Cristão, 2008.

MCGRATH, Alister E. *Teologia sistemática, histórica e filosófica: uma introdução a teologia cristã*. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.

_____. *Teologia histórica*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2007.

MONDIN, Battista. *Os grandes teólogos do século vinte*. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

TILLICH, Paul. *História do Pensamento Cristão*. 4. ed. São Paulo: ASTE, 2007.

WALKER, Wiliston. *História da Igreja Cristã*. 3. ed. São Paulo: ASTE, 2006.